

A FAIXA DE FRONTEIRA: ESTUDO DA SUB-REGIÃO DE DOURADOS

madecleide rezende gomes

CNPq/PIBIC

Universidade Federal da Grande Dourados

madecleidegeo@hotmail.com

Adauto de Oliveira Souza

Introdução

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) é executado pelo Governo Federal, no interior do PPA (2004-2007), sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional. O referido Programa tem, segundo o governo, o intuito de desenvolver a faixa de fronteira – legalmente definida como 150 km do limite internacional - promovendo as estruturações físicas, sociais e econômicas das áreas situadas na faixa de fronteira. Em termos de delimitação geográfica, o PDFF foi dividido em 03 grandes Arcos (Norte, Central e Sul), que por sua vez foram subdivididos em 17 sub-regiões. Com tais pressupostos, o Estado de Mato Grosso do Sul foi inserido no Arco Central e apresenta, quatro sub-regiões: Pantanal, Bodoquena, Dourados e Cone Sul. Neste trabalho, delimitados como área de pesquisa a sub-região de Dourados, composta por dezesseis municípios, todos na fronteira com o Paraguai e que apresentam uma base produtiva relacionada à agricultura, à pecuária, enfim, ao chamado agronegócio.

Este trabalho – ora em desenvolvimento - procura investigar as ações planejadas e executadas no interior do (PDFF), especificamente na sub-região Dourados, identificando as repercussões geográficas nesse espaço fronteiriço decorrentes das ações realizadas no interior do Programa. Vale dizer o mencionado Programa apresenta como diretriz referencial o apoio aos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL), os quais são concebidos como instrumentos capazes de gerar o desenvolvimento local.

Como procedimento de pesquisa fizemos levantamentos bibliográficos a partir de trabalhos científicos e jornais referentes ao tema e também fizemos levantamento de dados oficiais junto a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional – a quem incumbe

oficialmente acompanhar a política regional neste espaço geográfico. E estamos realizando entrevistas com representantes governamentais (secretários e prefeitos municipais, contemplados com recursos e obras no bojo deste Programa.) Encerrada essa fase, procuraremos fazer uma análise sistematizada dos dados, relacionando a base teórica com os dados levantados.

O governo brasileiro, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003/2010) tem adotado uma estratégia de retomada de planejamento, onde o Estado assume a condição de sujeito na coordenação do processo de desenvolvimento nacional. No interior dessa estratégia atribui-se prioridade ao desenvolvimento regional e a integração da América do Sul. A estruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) está inserida dentro desta orientação estratégica. Em uma análise criteriosa da região de fronteira, demonstram que as ameaças ao Estado (no caso de Mato Grosso do Sul) residem no esgarçamento do tecido social, na miséria que condena importantes segmentos da população, o não exercício de uma cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integração com os países vizinhos, estas são as principais ameaças presentes na Faixa de Fronteira, que colocam o desenvolvimento regional como estratégia prioritária para a soberania brasileira e a integração continental.

Algumas constatações preliminares

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) vem em cumprimento da lei 6.634 de 1979, que estabelece que a fronteira interna do Brasil com países vizinhos em 150 km do limite fronteiriço internacional.¹ A partir deste marco jurídico – incluso também na Constituição Nacional - o PDFF foi contemplado no Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007), inclusive por exigência legal.

¹ Há uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS), na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, propondo a redução da fronteira de 150 km para apenas 50 km. Segundo Marcelo Ribeiro, que é diretor do departamento de Programas das regiões Sul e Sudeste da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração, a redução da fronteira pode prejudicar vários municípios e estes ficarão sem receber recursos do Plano Nacional Desenvolvimento Regional. In: "Senado discute redução da faixa de fronteira em MS" In: www.conesulnews.com.br 05.03.08.

O PPA é um plano de investimento quadrienal do Governo Federal. Até dezembro de 2007, estava em execução o PPA 2004-2007, denominado “Brasil para Todos”. Em abril de 2008 o presidente Lula sancionou através do decreto nº. 11.653, o PPA (2008-2011), agora denominado “Brasil - desenvolvimento e educação”.

Segundo o Ministério da Integração (MIN), nos programas sob suas responsabilidades consolidou-se a tendência recente na área de desenvolvimento regional, na qual as disparidades inter e intra-regionais que caracterizam o perfil sócio econômico do Brasil devem ser tratadas sob referenciais territoriais inovadores na consideração de novos recortes sócio-espaciais: a fronteira e o desenvolvimento local, por exemplo.

Portanto, é nesse referencial inovador que se insere o PDFF, cuja execução é atribuída à Secretaria de Programas Regionais (vinculado ao MIN), contemplando uma área aproximada de 2.357.850 km, abrangendo 588 municípios, em 11 unidades da Federação e uma população estimada de 9.557.977 habitantes.

Na concepção do Secretário dos Programas Regionais, Carlos Augusto Grabois Gadelha (BRASIL, 2003, p.4):

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, além de definir ações para o território brasileiro mais vulnerável em termos de ocupação, de relações socioeconômicas com as demais regiões e dos problemas decorrentes dos conflitos típicos em áreas de fronteira, prevê ainda uma articulação com outros países da América do Sul, proporcionando uma integração latino-americana centrada na solução de problemas comuns na perspectiva do desenvolvimento regional.

Fica demonstrado que o PDFF se constitui numa intervenção governamental planejada com o objetivo de promover as estruturações físicas, sociais e econômicas das áreas situadas na Faixa de Fronteira, dando ênfase na ativação das potencialidades locais. Em outras palavras aos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Refletindo acerca do conceito de APL, Santos & Guarnieri (2000, p.10), argumentam que se trata de:

(...) um fenômeno vinculado às economias de aglomeração, associadas à proximidade física das empresas fortemente ligadas entre si por fluxos de bens e serviços. A concentração geográfica permite ganhos mútuos e operações mais produtivas. Entre os aspectos que devem ser observados,

destaca-se o papel de autoridades ou instituições locais para a organização e a coordenação das empresas, pois apenas um grupamento de empresas não é suficiente para ganhos produtivos.

Por sua vez, para o governo, o APL é definido como:

Os APLS constituem-se, basicamente, em aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.²

Em termos de operacionalização do Programa, a definição dos projetos prioritários a serem executados é feita pelo Fórum da Faixa de Fronteira, com assistência do Ministério da Integração Nacional. Constatamos que na sub-região de Dourados este Fórum ainda não foi efetivado. Neste caso, o próprio Ministério estabelece os critérios de elegibilidade. A Secretaria de Programas Regionais é a responsável pelo gerenciamento do Programa, com a participação das organizações integrantes dos Fóruns Estaduais, constituídos a partir dos Comitês de Fronteira, de cada sub-região.

Portanto, apesar da não criação e instalação do Fórum da Faixa de Fronteira na sub-região Dourados, projetos governamentais foram executados, sobretudo no incentivo ao arranjo produtivo local (APL) da piscicultura, nos municípios de Dourados e Itaporã; a bacia leiteira em Glória de Dourados. Portanto, com “resultados práticos relevantes para o desenvolvimento”.

Como por exemplo, constatamos que em agosto de 2005, o APL de piscicultura em Dourados recebeu R\$ 449 mil do Ministério da Integração para a capacitação de produtores do peixe da variedade pintado, a elaboração do planejamento estratégico do setor e a compra de um caminhão frigorífico, que será utilizado no transporte de alevinos e da produção. Mais de 80 piscicultores locais

² “Arranjos produtivos locais do Centro-Oeste são apoiados pelo Ministério” In: www.integracao.gov.br
04.10.07

usam 40 tanques para a criação de alevinos e deverão aprender técnicas para melhorar o manejo e a alimentação dos peixes.³

Foi criada uma cooperativa em setembro de 2003, para organizar o setor de piscicultura em Dourados e região. Atualmente conta com 26, visando atingir o número de 50 associados e busca o atendimento aos produtores da região da Grande Dourados. Onde o presidente desta cooperativa é Ademar Ferreira. O objetivo da cooperativa é a orientação ao produtor de peixes para melhoramentos com a utilização de técnicas modernas para o produto final. Os peixes do núcleo são cultivados em laboratório, não prejudicando a genética e a natureza, buscando apenas um melhor produto ao consumidor.

Foram conseguidos para a cooperativa 3 veículos, 1 caminhão e diversos equipamentos para a estruturação de assistência técnica, obtidos com recursos do Ministério da Integração Nacional juntamente com o Governo do Estado e a cooperativa MS Peixe.

Deve-se destacar também a agricultura familiar com o desenvolvimento da piscicultura como no caso da reserva indígena que se encontra em Dourados, em uma parceria com a Associação Avaeté Onhondivepá Guarani, Kaiowá e Terena. Em toda a reserva de Dourados são 34 tanques administrados por 12 grupos familiares. A coordenadora geral da Secretária de Agricultura Familiar, Rosimari Ozório, que na em representação ao secretário Ermínio Guedes, disse que este é um trabalho que não há de parar. “Temos consciência da importância deste trabalho e vamos fazer o possível para que ele não pare”, afirmou ela. A professora Theodora Souza, presidente da associação Avaeté Onhondivepá disse “que esta iniciativa é importante para o desenvolvimento sustentável das pessoas menos favorecidas⁴”.

³ “Ministério incentiva a piscicultura e a produção de erva-mate no Mato Grosso do Sul” In: www.conesulnews.com.br 18.08.05.

⁴ “Indígenas retiram 500 peixes de açude na reserva ” In: www.dourados.ms.gov.br . 21/02/2007



Transporte de peixes da caixa para o tanque. Em volta da caixa d'água onde estavam sendo colocados os peixes, crianças esperam sua vez de levar sua ²□□□.
(Foto prefeitura de Dourados).

Com isso estimula o consumo da carne de peixe e lideranças indígenas ficam felizes já que este projeto começou a partir do ano de 2006, em que a Reserva de Dourados aparece na mídia mundial como local por onde os indígenas estão passando necessidades alimentícias.

Um destaque para esse consumo do peixe e também para a produção é o consumo mundial que esta crescendo, O Brasil está num patamar intermediário, no grupo reduzido de nações que conseguiram ultrapassar a produção de 250 mil toneladas ao ano (representando 0,6% da produção mundial).

A disponibilidade média de peixes por pessoa vem diminuindo ano a ano, e a demanda já não pode ser satisfeita. O consumo per capita nos países desenvolvidos está estabilizado em 20 a 25 kg ao ano, mas cresce, e muito, nos países em desenvolvimento passou de 9 kg/ano em 1980 para 15 kg em 2000. No Brasil ainda é de 7 kg ao ano.

É partindo deste propósito que o governo faz incentivo a piscicultura na reserva indígena de Dourados, pois além do consumo pode ocasionar também a venda do peixe. Sobre isso o Prefeito Laerte Tetila (PT 2001/2008) ressaltou a importância do projeto para a subsistência das famílias. “O peixe é um alimento rico em proteínas e, por isso ajuda na saúde dos indivíduos, além de contribuir para a

geração de renda das famílias com uma grande vantagem: é de produção rápida”⁵

O secretário de Agricultura Familiar, Humberto Paschoalik, explicou o funcionamento do projeto. “Começamos com a perfuração dos açudes e acompanhamento técnico. As famílias recebem assistência durante 18 meses, período em que deverão aprender as técnicas de manuseio da piscicultura. Depois além de produzirem para eles, o que sobra pode ser vendido dentro da própria comunidade”.

Os indígenas sentem-se realizados com a conquista de tanques como é o caso do índio Caiwoá Guilherme Pana que declarou: “Moro com mais oito pessoas da minha família e agora teremos uma fonte a mais de renda para sobreviver e muito trabalho também. E isso não vai ser só para mim, vai ser para os outros vizinhos também”

Sobre essa temática o gerente de promoção de investimentos da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Sr. Leonardo de Paula, nos assegurou que:

A região de Dourados tem vocação e estrutura para desenvolver a piscicultura, inclusive com um abatedouro, mas é necessário melhorar a qualidade do produto e atender a demanda do mercado que, muitas vezes, é maior do que a oferta de peixe.

Constatamos ainda uma outra liberação de verbas para o APL da piscicultura em Dourados que em outubro de 2007, recebeu um incentivo financeiro de R\$ 408,2 mil. Também, o APL da bacia leiteira, em Glória de Dourados que neste mesmo período recebeu R\$ 279,9 mil como um incentivo a atividade leiteira ⁶. Tais APLs são incentivados com o discurso legitimador de geração de empregos e renda da população por meio de incentivos a segmentos econômicos.

Uma outra ação importante que constatamos no sentido de apoiar o APL da piscicultura foi à inauguração em março de 2006, do 1º núcleo de pesquisa em aqüicultura na Embrapa Agropecuária Oeste, em Dourados. A referida atividade contou, inclusive com a presença do então ministro José Fritsch (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República).

⁵ “Prefeitura entrega mais tanques de piscicultura na reserva indígena”. In : Prefeitura de Dourados.

⁶ Arranjos produtivos locais do Centro-Oeste são apoiados pelo Ministério. In: www.integracao.gov.br 14/10/2007

Situado em Dourados, município que é o epicentro da expansão da piscicultura em Mato Grosso do Sul, o novo núcleo deverá gerar respostas tecnológicas aos desafios da produção de peixes em áreas como sanidade animal, melhoria genética das espécies e nutrição. Ao todo, o novo núcleo teve investimento de R\$ 310 mil (recursos estaduais e federais).

Segundo dizeres do governo estadual.

Este núcleo representa um investimento estratégico para Mato Grosso do Sul, pois vai gerar respostas importantes para o fortalecimento da piscicultura no Estado – que é uma atividade que vem se expandindo, gerando emprego e renda e ajudando a diversificar a nossa base econômica.⁷ (Egon Kracheke, vice-governador, 2006)

Esse processo gerou a criação do Núcleo de Pesquisa em Aqüicultura de Mato Grosso do Sul (Nupaq-MS), coordenado pela Embrapa Agropecuária Oeste, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e contará com a participação de 28 entidades parceiras, representando diversos segmentos ligados à atividade, como piscicultores, indústrias de ração e frigorífico, instituições governamentais, de pesquisa e ensino superior. Em sua maioria, possuem estruturas físicas que podem ser disponibilizadas para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa. O laboratório, contou com o apoio financeiro da SEAP/PR, e vai atuar dentro do Programa Integrado de Pesquisa em Aqüicultura, no qual a qualidade de água (monitoramento, manejo e medidas de controle); a nutrição e alimentação (requerimentos nutricionais para espécies nativas, manejo alimentar, fontes protéicas de origem vegetal e fontes energéticas); e a sanidade (diagnóstico e controle de doenças) são áreas prioritárias.

Além deste Núcleo, ou melhor, em complemento ao apoio a piscicultura, a cidade de Dourados sediou no período de 28 a 31 de agosto de 2007, o 1º Congresso Brasileiro de Produção de Peixes Nativos de Água Doce, concomitante ao 1º Encontro de Piscicultores de Mato Grosso do Sul. Neste evento, diversos trabalhos – resultados de pesquisas – foram apresentados principalmente no sentido de melhorar os resultados na atividade pesqueira no Brasil e particularmente deste APL na sub-região de Dourados.

Historicamente, a situação vivida por esses habitantes (que residem na faixa

⁷ “Egon e Fritsch inauguram núcleo de pesquisa do peixe amanhã” In: www.apn.ms.gov.br 23.03.06

de fronteira) no tocante ao acesso e à qualidade dos serviços públicos, vem se mostrando desfavorável. No caso específico da saúde, o fluxo de usuários para os municípios detentores de melhor oferta de serviços sobrecarrega o custo da atenção nessas localidades, prejudicando o bem-estar da população fronteiriça.

Também uma estratégia deste governo é o Sistema de Saúde (SIS Fronteira), criado para o repasse de verba para a saúde para que haja uma melhor distribuição desta e o atendimento daqueles que não tem moradia fixa no Brasil mas que por muitos os motivos (como a privatização de plano de saúde de alguns países) utilizam o sistema de saúde brasileiro. A intervenção do Governo Federal é para diminuir as diferenças com base na solidariedade consolidando o Mercosul e a integração com a América do Sul, tendo a Saúde como contexto de desenvolvimento humano, considerando sua importância econômica e tecnológica.

Algumas considerações finais

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira tem como desafio a mudança no conceito que se tem de fronteira, esta não é somente uma região longínqua e isolada, mas como um espaço de integração, no qual se possa estimular o desenvolvimento transfronteiriço, buscando a integração, sobretudo a ativação das potencialidades locais.

Ao fazer uma avaliação do referido programa, o Governo Federal argumenta através do Ministério da Integração Nacional (Brasil, s.d.p.35):

Observa-se que o PDFF vem apresentando resultados práticos relevantes para o desenvolvimento desse espaço, provocando a inserção social da população local. Dentre esses, vale mencionar a focalização das ações voltadas para o desenvolvimento local, a promoção e articulação entre atores locais, estaduais, regionais, nacionais, estrangeiros e representantes da sociedade civil, o apoio à capacidade gestora e diversificação a das atividades produtivas, o processo de estreitamento do relacionamento Legislativo e Executivo, o fornecimento de condições que fortalecem a governança, a responsabilidade e estimula a participação da sociedade civil, a articulação e ampliação do público-alvo, o apoio a arranjos produtivos locais e a investimentos integrados

promovidos pela Câmara de Políticas de Integração.

A reorientação estratégica estimulada pela ação do Governo Federal para a Faixa de Fronteira possui, portanto, um programa que responde ao desafio específico de promover a integração de uma região altamente complexa em suas relações com os países vizinhos e que, por um processo histórico de abandono, é extremamente carente de infra-estrutura, mas apresenta oportunidades diversas de desenvolvimento regional e integração da América do Sul, envolvendo dimensões ligadas à cidadania da população fronteiriça, à interação com países vizinhos e ao desenvolvimento econômico e social.

Enfim, trata-se de um Programa que abrangerá parte significativa do território e da sociedade sul-mato-grossense. É importante lembrar que sobre o Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira –em implementação – não há ainda análise acadêmica, e principalmente da sub-região de Dourados.

Assim busca-se contribuir para um banco de dados sobre os projetos executados por esse Programa na faixa de fronteira da sub-região em tela.

Deve-se destacar o grande incentivo ao APL em Dourados principalmente na reserva indígena, já que esta é um tanto esquecida por algumas autoridades, com esse incentivo busca-se a mudança e o progresso para a região.

Referências bibliográficas

01 – BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Programas de desenvolvimento regional*. PPA Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2003.

02 - BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

03 – BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *PDFF*. S.n.t.

04 – BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. *Anais. 1º Congresso Brasileiro de Produção de Peixes Nativos de Água Doce e 1º Encontro de Piscicultores de Mato Grosso do Sul*. Dourados, 28 a 31 de agosto de 2007.

05 - MATO GROSSO DO SUL. Governo de. *Construindo o novo Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: SEPLANCT. 2003.

06 – MATO GROSSO DO SUL. *Plano Regional de Desenvolvimento da região da Grande Dourados*. Dourados : Seplanct, 2002.

07 – SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo : Record, 2001.

08 – SANTOS, A.M.M.M. & GUARNERI, L.S. “Características gerais do apoio a arranjos produtivos locais” In: *BNDES setorial*. Rio de Janeiro, set. 2000, p.195-204.

09 – DOURADOS. Prefeitura de Dourados. Mato Grosso do Sul, Brasil.